

**DESAFIOS PARA A MEDIAÇÃO DA RETÓRICA
DA CIDADANIA AO UNIVERSO DAS DEMANDAS ÉTNICAS:
exercício investigativo entre os ciganos Calon de Sousa (PB)**

Challenges for the mediation of rhetoricity of citizenship to the universe of ethnic demands: investigative exercise between the Gypsies Calon from Sousa (PB)

Jéssica Cunha de Medeiros

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

RESUMO. Partindo das discussões sobre os desafios e as mudanças que foram se instaurando tanto no plano global, como mais restritamente no âmbito do Brasil, com relação ao papel do Estado como instância fundamental para o reconhecimento e atendimento de demandas específicas aos grupos minoritários, vamos trazer a análise para o nosso campo de pesquisa: discutir os ciganos na Paraíba, especialmente, o *Rancho dos Calon*, localizado no município de Sousa. Ao longo dos últimos 30 anos, assistimos ao processo de articulação entre lideranças Calon e as diversas formas de poder público. O artigo analisa a região de Sousa e como vem se mostrando enquanto um lugar de rota para as famílias ciganas Calon, o que gerou uma relação de fortalecimento de autoridade política local, resultando numa aliança que perdura até hoje. Portanto, entender os processos de mediação em seus diversos níveis entre os Calon de Sousa e o setor público nas suas mais variadas instâncias, com as organizações que se estendem enquanto representação do Estado - tais como agentes governamentais, universidades e agentes comunitários -, abre caminho para começarmos a compreender como estes ciganos incorporam a retórica da cidadania à identidade étnica, como estão organizados social e territorialmente em Sousa e, conseqüentemente, como diversos grupos e famílias se articulam no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ciganos. Estado. Cidadania. Mediação.

ABSTRACT. Based on the discussions on the challenges and changes that have been established both globally and more strictly in Brazil, regarding the role of the State as a fundamental body for the recognition and attendance of specific demands to minority groups, we will bring the analysis for our field of research: discussing the gypsies in Paraíba, especially the *Rancho dos Calon*, located in the municipality of Sousa. We have identified that over the last 30 years we have witnessed the process of articulation between Calent leaders and the various forms of public power. The article allows to analyze that the region of Sousa has been showing itself as a place of travel for the gypsy Calon families, which has resulted in a strengthening relation of local political

authority, resulting in an alliance that lasts until today. Therefore, understanding the processes of mediation in its various levels between the Sons of the Sons and the public sector in their most varied instances, with organizations that extend as representation of the State, such as government agents, universities, community agents, opens the way to begin to understand how these gypsies incorporate the rhetoric of citizenship to ethnic identity, as well as the way in which they are socially and territorially organized in Sousa and, consequently, how various groups and families articulate themselves in Brazil.

KEYWORDS: Gypsies. State. Citizenship. Mediation.

CONTEXTOS DE MEDIAÇÃO DAS POPULAÇÕES CIGANAS COM O ESTADO

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 e, anos depois, da efetivação da 6ª Câmara¹, começamos a assistir um tratamento específico aos temas relacionados aos segmentos sociais que estão reunidos sob a égide “comunidades tradicionais”², pelo fato de se associarem a um modo de vida tradicional e distinto da sociedade nacional majoritária. Com esse processo de mudança, associou-se ao papel do Estado a função de assistência e aos diferentes grupos a condição de protagonistas na arena pública. Desde então, nos deparamos com ações que, dentre outros espectros, procuraram superar o estigma – resultante muitas vezes da prática estatal que gera uma condição de incapacidade construída pelo regime de tutela –, o que implicou em busca de recursos públicos associados à reivindicação por direitos.

Diante do contexto de redemocratização, os grupos, a partir de então, passaram a acionar o Estado com base em demandas eleitas por eles, iniciando uma forma de

¹ Com a retomada do processo democrático, a atuação do Ministério Público Federal expandiu-se e, a partir de abril de 1994, criou-se a Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e Minorias (Art. 6, VII, “c”), na qual se incluíram as “comunidades negras isoladas” – remetendo-se aí aos antigos quilombos - e as minorias ciganas. Em decorrência, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público é intitulada Câmara dos Índios e Minorias (MOONEN, 2011). Ver também: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6>. Acesso em julho de 2018.

² Entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão os quilombolas, os ciganos, os povos de terreiro de matriz africana, os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco-de-babaçu, as comunidades de fundo de pasto, os faxinalenses, os pescadores artesanais, as marisqueiras, os ribeirinhos, os varzeiros, os caiçaras, os praieiros, os sertanejos, os jangadeiros, os açorianos, os campeiros, os varzanteiros, os pantaneiros, os caatingueiros, entre outros. Ver também: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6>. Acesso em maio de 2018.

planejamento e de ação por parte de diversas organizações. Esse cenário favoreceu a emergência e a expansão de representantes dos grupos ciganos. Assim, reforçou o papel de indivíduos que são responsáveis por articular recursos e demandas junto ao poder público (União, Estados e Municípios) e que buscam a construção de políticas públicas específicas para as recém nomeadas comunidades, grupos étnicos e povos tradicionais, adotando o papel de mediadores.

As políticas públicas voltadas aos Povos e às Comunidades Tradicionais são recentes no contexto do Estado brasileiro. Tiveram como marco a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 2002, que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo. No Brasil, esse público passou a integrar a agenda do governo federal apenas em 2007, por meio do Decreto n. 6.040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República. Essa assistência garante aos nascidos no país os mesmos direitos dos outros cidadãos brasileiros, ainda que, na prática, muitos desses direitos foram e são constantemente violados. Como chama atenção Moonen (2011), a Constituição de 1988 não se refere explicitamente aos ciganos, o que gerou, por parte dos agentes públicos, a extensão destes à classificação de “Comunidades Tradicionais”.

Ao deslocar essas questões para o território da Paraíba e focar no *Rancho dos Calon*³, localizado no município de Sousa⁴, depreendemos como, ao longo dos últimos 30 anos, podemos assistir ao processo de articulação entre as lideranças Calon⁵ com as diversas formas de poder público. Nos anos de 1970, os Calon fizeram de Sousa um

³ Sendo uma categoria nativa, *rancho* indica um espaço distinto associado a uma organização social e a uma liderança. O *rancho* está associado à forma acampamento, indicando e recuperando o “tempo de atrás” (GOLDFARB, 2013), quando estes se deslocavam com frequência entre localidades.

⁴ Sousa é uma cidade no Sertão da Paraíba, em que existem quatro grupos localizados nos espaços descritos como *ranchos*. Estão situados ao sul da Rodovia Transamazônica, entorno do km 463 da BR-230, no bairro Jardim Sorrilândia III. Mesmo sendo considerado perímetro urbano, está afastado da cidade, ficando então numa posição ambígua.

⁵ Quando se destaca esse tipo de identificação – cigano calon – há uma referência a uma língua e quase sempre a uma localização regional, indicando aí um reconhecimento ao processo de colonização. Segundo Moonen (2011), os ciganos da etnia Calon foram os primeiros a chegar ao Brasil em meados do século XVI, vindos de Portugal na condição de degredados. Segundo esse autor, poderíamos afirmar que são de origem ibérica, onde são mais conhecidos como Gitanos. Os ciganos calon percorreram outros países da Europa, como também o continente americano, e a historiografia reconhece que essa população sofreu processos de deportações e situações que implicaram em fluxos migratórios.

lugar pelo qual passavam e mesmo paravam, o que é chamado por eles de uma rota. A partir de uma relação de fortalecimento com uma autoridade política local, chamada “Coronel Antônio Mariz⁶”, reafirmaram uma aliança que perdura até hoje, sustentada pelas relações clientelísticas que historicamente atravessaram as formas como esses Calon operaram e operam com o poder público.

Chegados à cidade entre 1982 e 1987, os Calon dividiram-se em três *chefias*: a de Pedro Maia (hoje conduzida por seu filho Coronel), que chegou a Sousa em 1982 e é associada ao *Rancho de Cima*; e as dos chefes Vicente e Eládio, que passam a morar na cidade em 1987, ambos compondo o *Rancho de Baixo*⁷. Com o passar do tempo, o grupo do Chefe Vicente se dividiu e formou outro grupo, que passou a ser chefiado por Ronaldo Carlos. Essas divisões desencadearam uma série de novas alianças envolvendo políticos de Sousa, agentes públicos, assim como proprietários de empreendimentos comerciais locais, onde formam uma rede estratégica de apoio e negociação política capaz de suportar demandas pessoais e coletivas.

Segundo a pesquisa realizada com ciganos mais idosos da comunidade⁸, os primeiros *chefes* que passaram por Sousa se chamavam Manoel, Felix, Frade, Pombo e Bastião, identificados enquanto líderes de famílias extensas. Nessa cidade, construíram alianças com José Avelino da Costa, identificado na memória pela alcunha de Coronel e Manoel Neves, ambos tratados como autoridades locais e proprietários de terra. Graças a esses apoios, outras lideranças, com suas “*turmas*”⁹, sentiram-se bem-vindas. Alguns circularam, ou mesmo experimentaram se fixar, e outros tornaram Sousa um local em

⁶ Foi prefeito da cidade de Sousa entre os anos de 1963 a 1969, tendo obtido o mandato de Deputado Federal em quatro legislaturas. Em 1991 elegeu-se para o Senado da República. Em 1995, ao se sagrar governador do estado, faleceu com apenas 10 meses de mandato.

⁷ “*Rancho de Cima*” é uma categoria utilizada internamente entre os ciganos e por aqueles que possuem algum tipo de vínculo mais específico com as pessoas que ali moram. É localizado geograficamente na parte mais elevada do terreno. E, conseqüentemente, o “*Rancho de Baixo*” ocupa a área em declive. Logo, essas definições indicam a maneira pela qual os ciganos descrevem e se situam nessa área.

⁸ Essa versão da história da chegada de ciganos, na qual se faz presente momentos anteriores ao das lideranças que agora são e se reivindicam enquanto responsáveis pela chegada e permanência, indica processos mais complexos e que são simplificados (achatados) pela dinâmica instaurada no interior do próprio grupo. Vale salientar que essa é uma versão até agora não registrada por nenhum dos pesquisadores dos ciganos em Sousa que tenham publicado os seus trabalhos. Foi narrada por algumas “*velhas calon*” da comunidade durante nossa pesquisa. Quando da abertura dos Jogos Ciganos de 2014, festividade referente a comemoração ao Dia do Cigano, esta narrativa foi feita para todos os presentes.

⁹ Expressão utilizada pelos ciganos dessa região e que significa conjuntos familiares de ciganos que vivem e viajam juntos.

que poderiam “parar” com o intuito de tomar fôlego para deslocarem-se a outras paragens (MEDEIROS, 2016).

A partir desse cenário descrito, que gerou estratégias afiliativas, surgiram formas de interação entre as autoridades locais e regionais e as lideranças ciganas, para favorecer a manutenção da vida e a reprodução social dos Calon. Podemos apresentar a situação da busca por políticas de reconhecimento, por exemplo, que, em 2007, resultou na criação do Centro Calon de Desenvolvimento Integral (CCDI) inaugurado em 2009, por iniciativa direta do Governo Federal, através da SEPPIR¹⁰. Por outro lado, a partir das situações vividas na pesquisa, destacam-se tensões oriundas das relações entre as lideranças ciganas e a comunidade Calon, quando configuram interesses distintos. Neste sentido, a chegada do CCDI no território dos ciganos em Sousa implicou numa série de agenciamentos nas relações individuais e no grupo de referência com as populações vizinhas, os poderes locais, os aparelhos de Estado e as igrejas. Por exemplo, na definição exata da localização do CCDI e a necessidade de um representante à frente da gestão do Centro.

Em decorrência dessas questões, o interesse aqui se faz por um exercício de pesquisa e reflexão que nos permita compreender como as políticas de reconhecimento instauram uma nova dinâmica social, cuja exata dimensão e implicação escapam aos próprios atores envolvidos. Assim, procuramos construir uma abordagem mais estrita, que nos permita compreender, a partir da interação dos agentes públicos e dos mediadores étnicos¹¹ em suas redes familiares, sociais e institucionais, os mecanismos de produção de consensos em torno dos modos de representação, apresentação ou lógicas performativas das diferenças no cenário público e privado. Essa abordagem pode propiciar um panorama de como esses grupos têm criado ou ocupado espaços de interação para se autorrepresentar e quais os efeitos desse tipo de enunciação nos espaços nos quais percorrem e se posicionam.

¹⁰ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

¹¹ Os mediadores são, em sua maioria, provenientes de comunidades culturais minoritárias, revelando a ligação estabelecida entre mediação sociocultural e minorias étnicas. Algumas pessoas podem escolher ou serem chamadas a se tornar “representantes do grupo étnico/cultural que faz parte”, um interlocutor cultural e social de tal grupo.

DIÁLOGOS METODOLÓGICOS

Ao longo da pesquisa foi utilizado o método etnográfico, compreendendo-o enquanto um modo de engajamento político e ético, no que diz respeito ao trabalho no qual nos envolvendo para compreender as transformações na configuração social, política e histórica pelas quais esses ciganos Calon passaram desde que fizeram moradia em Sousa (PB). Nesta dimensão, segundo Patrice Schuch (2013, p. 34), “a ética deve ser compreendida diferencialmente enquanto produzida em múltiplos domínios da prática antropológica – em sua vida social ativa”. O que também nos coloca no marco de autocrítica no lugar ocupado ao construir a pesquisa entre os ciganos Calon de Sousa.

Tendo em vista que nós enunciamos nossa posição e os nativos enunciam a deles, esse processo é tanto relacional, como também político. Logo, ao estabelecer conexões entre os vários campos que atravessamos, delimitamos posturas políticas. Essa trajetória é o caminho pelo qual devemos procurar des-hierarquizar nossas metodologias e produções antropológicas. Segundo Alfred Gell (2006), em campo, nós lidamos com pessoas, com relações concretas. Temos, portanto, que deixar de ir a campo vestidos de “antropólogos profissionais”, para podermos horizontalizar culturas. Essa relação, assim, vai determinar nossa metodologia e nosso problema de pesquisa.

Quando tratamos de grupos étnicos, lidamos direta e cotidianamente com estratégias políticas e com diversos papéis que estão em jogo para a captação de demandas. Silva (2003) destaca que o fazer antropológico abrange gradativamente o posicionamento e a presença do antropólogo em locais envolvidos em conflitos de interesses e negociações heterogêneas, com relação à permanência do próprio pesquisador no local.

Há, portanto, a necessidade de compreender como os agentes envolvidos nos processos de mediações operam e redimensionam as estruturas formais das instituições com as quais dialogam, instrumentalizando-as a partir de retóricas diversas e constituídas aparentemente em situações que seriam excludentes. Por exemplo, observamos na comunidade Calon de Sousa uma situação em que um cigano criminalizou a forma como os agentes de saúde negam a eles o atendimento nos postos públicos. Ao mesmo tempo, neste mesmo posto, os Calon negociaram um estágio para

uma Calin¹² atuar como técnica de enfermagem. Com isso, os agentes de saúde permutaram¹³ o acolhimento da estagiária com o acesso à comunidade para atendimento, tendo em vista que eles preferem atender na comunidade do que no posto. Segundo depoimento de uma enfermeira da unidade de saúde, elas podem observar de perto quais são os problemas sanitários que afetam a comunidade e que acarretam certas doenças.

Outro exemplo se dá no modo como negociam com os políticos locais apoio eleitoral em troca de espaços de diálogos para lideranças ciganas no meio público. Essa situação pôde ser observada quando um candidato eleitoral municipal declarou conseguir espaços para certa liderança falar em uma audiência pública. Em contrapartida, precisaria dos votos da comunidade – pedido publicamente. Voltamos o olhar da pesquisa para como os Calon particularizam as relações com o Estado, com as instituições e com os agentes que os representam. O Estado se reapropria das categorias dessa população e deslegitima o processo de emancipação desses grupos (DONNER; CHARI, 2010). Como essa afirmação política de ser Cigano Calon é construída, mediante os desafios que o Estado e a sociedade impõem? Esses Calon parecem ter uma leitura particular do que é Estado e de que tipo de relação é importante se ter com ele. Metodologicamente, começamos a analisar quais modelos esses Calon estão manejando na delimitação dessas fronteiras e da criação de estruturas intermediárias. Isso traz respostas de como se é cigano Calon ao longo do processo histórico, e nesse momento, em Sousa (PB), como bem explicita Fredrik Barth (1969) ao tratar das fronteiras étnicas.

Portanto, é na realização da etnografia que serão discutidas e consideradas as questões delicadas para os Calon. Por conseguinte, o que será exposto e publicado ao longo do trabalho de pesquisa ficará devidamente explicitado para ambas as partes – o pesquisador e os pesquisados –, destacando a autorreflexão de meu posicionamento, de minha responsabilidade política enquanto antropóloga e pesquisadora de comunidades

¹² Calin é denominada a mulher que é cigana de origem Calon.

¹³ Consiste em uma troca onerosa, na qual uma das partes se vê obrigada a dar algo (dando um estágio para uma calin) para adquirir algo (as enfermeiras do posto adquirem o acesso à comunidade sem dificuldades).

ciganas, em particular, da comunidade cigana Calon de Sousa, que muitas vezes recorre a mim, como comunicadora, em alguma situação pública.

Por conseguinte, é importante perceber que o processo de construção etnográfica requer uma apreensão da “[...] diversidade e situacionalidade dos espaços de sua realização” (SCHUCH, 2013, p. 43). Nosso caminho temático, como é afirmado por Victora et al. (2000, p. 47), “[...] está colado à realidade empírica, ele não é uma abstração, mas uma leitura parcial e rápida da realidade”. Esse percurso vem orientando o desenvolvimento das possibilidades abertas em campo e a construção desta pesquisa.

Pretendeu-se, neste contexto de análise, perceber a composição e dinâmica da população cigana numa conjuntura política local e nacional. Para isso, utilizamos materiais documentais, arquivos de jornais locais de Campina Grande (PB) nos quais pesquisamos matérias que abordavam os ciganos (BATISTA et al., 2013), documentos oficiais, cartas de recomendação¹⁴ e fotografias. Utilizamos também investigações biográficas, que servem, como indica Flick (2008, p. 136), como “[...] análises de casos de uma forma comparativa, tipologizante e contrastante”. As investigações biográficas funcionam como um plano de pesquisa retrospectiva, em que determinados processos e eventos são analisados em relação à “[...] significação para as histórias de vida individuais e coletivas” dos Calon.

PROBLEMÁTICA ENFRENTADA

A partir desse cenário apresentado, recuperamos como ao longo do processo histórico as questões relacionadas ao reconhecimento de novas identidades tornaram-se uma pauta para o Estado, visto que, como formação política característica da modernidade, o modelo do Estado-nação se coloca no centro da reflexão em torno da identidade nacional. Só recentemente, na sequência do processo de democratização após a Revolução Francesa, o Estado-nação se impôs como unidade política e cultural por

¹⁴ Cartas de recomendação são documentos extraoficiais que políticos locais escreviam para lideranças ciganas para que pudessem ter passagem por determinados locais, regiões, sem sofrerem impedimento. Esses tipos de documentos também são encontrados entre os indígenas, como afirma Adriana Vianna (1995).

excelência da modernidade (ANDERSON, 2005). No entanto, essa teoria da soberania do Estado foi colocada à prova quando as estruturas formais de poder político e de poder econômico começam a existir em justaposição, adicionadas aos diversos grupos e estruturas informais que as são intersticiais e suplementares, passando a ganhar relevância funcional. No caso do Brasil, Gohn (2011) salienta que os movimentos sociais oriundos desses grupos têm aberto espaços de negociação e de equacionamento de conflitos de interesses, a partir de uma gestão democrática.

Desde a década de 1990 as mudanças nas políticas sociais dos Estados nacionais, resultantes do estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento e da descentralização de diversas atividades estatais na área social, geraram a transferência de vários serviços que estavam na alçada das atividades estatais para o setor privado, especialmente para organizações sem fins lucrativos (ONGs). Esse processo se intensificou na segunda metade dos anos 1990, quando a conjuntura econômica alterou a dinâmica dos movimentos sociais e populares, produzindo planos de ação e estratégias para atuar, com a inclusão de novas pautas de trabalho, tais como: questões de gênero, idade (faixa etária) e etnia. Conseqüentemente, reivindicou-se uma democracia participativa que aliasse lutas sociais às lutas institucionais¹⁵, a partir de uma democratização dos órgãos e dos aparelhos estatais. Isso fez parte de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil. Em síntese, esse cenário de mudança implicou que a gestão pública estatal fosse instada a ser parceira da sociedade civil, que passou a se reconhecer através de suas minorias, gerando a possibilidade de formular políticas sociais para as mesmas. Constrói-se uma possibilidade de a sociedade civil intervir na gestão pública, via parcerias com o Estado, configurando a entrada dos agentes de mediação nos processos de interlocução com os grupos que compõem as minorias sociais (GOHN, 2011).

Entretanto, as relações sociais construídas por meio desses processos de mediação podem envolver uma série de transações voluntárias ou forçadas. Os sujeitos que representam comunidades podem acabar privando-se de boa parte de sua autonomia pessoal em troca da melhoria na segurança social e econômica de sua família e dos membros da comunidade. Wolf (2003 [1956], p. 79) sinalizou formas assimétricas de

¹⁵ Algo reivindicado pelos movimentos sociais desde os anos 1980.

correspondência, quando discorreu sobre as relações dos proprietários das *haciendas* com seus empregados/moradores. Ressaltou que, aos que não possuíam capital, abria-se o caminho ao proprietário de exercer o poder diretamente sobre essas pessoas.

Ao traçar um paralelo, podemos dizer que historicamente, no processo de formação da sociedade paraibana, o acesso desigual à terra e as relações assimétricas gestadas entre grandes fazendeiros (que frequentemente ocupavam cargos políticos) e os camponeses, produziram relações políticas baseadas no poder das oligarquias rurais. Essas, exerceram a dominação sobre a população rural do período da República Velha, quadro que permaneceu inalterado por décadas. (SCHENATO, 2014). O poder e a influência das oligarquias mantiveram sob seu controle a circulação dos sujeitos, dentre estes, os ciganos Calon que transitavam pela região (MEDEIROS, 2016). Uma situação que configurou a formação histórica do nordeste, a partir do que se pode depreender de algumas pesquisas específicas (SENNA, 2005; SILVA, 2010).

Temos, então, transformações socioeconômicas entre a década de 1970 e 1980 que aparecerão em questões analisadas por vários autores. Transformações pelas quais as famílias Calon tornaram a Paraíba um lugar de rota e de moradia. Como dissemos acima, os ciganos Calon se estabeleceram na cidade de Sousa (PB) entre os anos de 1982 e 1987 (GOLDFARB, 2013), em uma situação de difícil acesso à terra¹⁶. Lograr um lugar de *pousada* e um *lugar de morada*, implicava a negociação de regras e de controles sociais¹⁷, de forma a garantir a própria reprodução física e social da comunidade cigana. Logo, para viver e trabalhar, o morador deveria submeter-se a uma condição de dependência¹⁸, conduzindo todos os membros da própria família à mesma submissão. O local onde os ciganos Calon de Sousa (PB) moram foi doado¹⁹ com a chegada das primeiras famílias, que acamparam em 1982 e, posteriormente, em 1995. Com o projeto para a construção de casas de alvenaria nos *ranchos*, pelo então

¹⁶ É o que se chama de cativeiro, que não significa o mesmo que escravidão, como conhecida historicamente. Afinal, aqui, legalmente o sujeito é livre, embora esteja preso por laços morais a uma condição de subordinação (HEREDIA, 1979; BATISTA, 2011).

¹⁷ Essa condição parece se configurar por não disporem de propriedade para viver neste contexto em específico.

¹⁸ Isso não determina que esses Calon não teriam outras formas de atividades produtivas. Temos, a exemplo disso, a venda e troca de automóveis e de objetos de valor e a ocupação de cargos públicos por indicação.

¹⁹ Pelo então candidato a deputado Gilberto Sarmiento.

governador Antônio Mariz²⁰, a concessão da moradia desses Calon ainda permanece na informalidade, visto que eles não possuem documento que comprove que o terreno e as casas construídas são de sua propriedade efetiva.

Nessa conjuntura, as relações existentes dos Calon com as chamadas autoridades “públicas e políticas”, estão situadas em uma instância em que amizade, parentesco e relações padrão-cliente são fortemente vinculadas a uma lógica que confirma as interações pessoais e impessoais com os órgãos e com os aparelhos estatais. Barrington Moore Jr (1975), ao situar os processos de transição democrática como formas de modernizar a estrutura de poder de um país, demonstra como são conservadas também essas características atrasadas, de acordo com a formação social de cada Nação. Podemos visualizar essas características no cenário que encontramos entre os calon e os sujeitos que representam o político e o público. Podemos perceber como são mantidos os patamares de dominação sob uma nova roupagem, dando a impressão de que houve, de fato, uma mudança na sociedade, o que gera um conformismo, ou até mesmo satisfação, naqueles que acreditam que a mudança foi positiva. Mas, na realidade, encontram formas nas quais são sustentadas relações de desigualdade e de subserviência.

Wolf (2003) contribui para esse debate ao discutir sobre as relações campesinas no México. O autor descreve como as chamadas “estruturas informais” (2003, p. 83), que “são suplementares ao sistema” (WOLF, 2003, p. 83), acabam atravessando as negociações das populações com o Estado. Os ciganos Calon de Sousa, por exemplo, operam com o Estado a partir de uma retórica de acordo com uma conformação antiga²¹ pautada na pessoalidade. Nas narrativas que nos são apresentadas, há uma frequente relação de mediação com os proprietários de terras, políticos locais e autoridades públicas, com uma condição informal em razão de relações pessoais antigas. Podemos observar esse tipo de interação quando esses Calon negociam, com os políticos da cidade, empregos em troca de apoio eleitoral da comunidade; com os gestores de

²⁰ Após sua morte, foi sucedido pelo vice-governador, José Targino Maranhão, que construiu cerca de 100 casas. Porém, ainda faltam completar as construções para considerar o projeto concluído (MOONEN, 2011).

²¹ Estamos aqui nos referindo ao modelo no qual as relações pessoais se sobrepõem ao processo de impessoalidade / profissionalização / burocratização do Estado, que foi descrito e discutido por Weber (1994) por exemplo.

educação, bolsas de estudos; ajuda financeira, em troca de anuência para promoção de eventos na comunidade; barganha de um emprego no posto de saúde em troca de abertura para agentes de saúde acessarem a comunidade, entre outras situações.

Nesta pesquisa, fomos confrontados com enunciações nas quais o termo cidadão era referenciado em situações que poderíamos caracterizar como práticas clientelísticas. Como ilustração, destacamos que, durante a chegada dos ciganos Calon em Sousa (PB), em 1982, configurou-se uma relação na qual essas famílias, para terem acesso à terra, necessitaram negociar com os proprietários, pois os ciganos queriam, naquele momento, não apenas fazer rota, *andar*, mas desejavam *pousar*. Isso implicou, para ambas as partes, em recuperar um pacto moral que sustentou, em muitas situações, essas famílias que passavam por Sousa e permitiu que elas ali se estabelecessem. Logo, existe um modelo acionado e reconhecido como legítimo, em que as relações exercidas têm por base as afiliações e as alianças. Um tipo de relação política que aparentemente sobrevive e se expande. Ao mesmo tempo, esse modelo convive com formas mais racionais e favoráveis à produção de direito e de cidadania, baseadas em uma horizontalidade e em uma instrumentalização do Estado, via políticas públicas.

Nessa configuração, emergem “espaços de negociação”, como sinaliza Neves (2008, p. 32), entre as partes envolvidas. Representantes Calon em Sousa (PB) submetem os interesses particulares da comunidade aos processos e às lógicas que atravessam as instituições e seus agentes estatais. O Centro Calon de Desenvolvimento Integral (CCDI), conforme foi visto anteriormente, por exemplo, ao mesmo tempo em que surge enquanto um lugar representante de uma ação Estatal de reconhecimento dos direitos da comunidade cigana, também pode ser apreendido a partir das disputas que envolvem uma premiação ao líder, convertendo-se em benefícios para os seus seguidores. Do ponto de vista de Wolf (2003, p. 75), os sujeitos poderiam ser classificados como indivíduos que operam como um grupo “orientado para a comunidade” ou “orientado para a Nação”, ao estabelecer recursos e influências de suas posições intermediárias para interação em situação de conflito, articulando interesses, atraindo aliados e formando redes políticas, de modo a prolongar e sustentar essas relações.

Por conseguinte, compreender a formação desses campos nos quais a mediação vem se impondo, é voltar o olhar para os contextos históricos específicos das articulações, cujos modos de dominação e regulação da vida social são exprimidos. Processualmente, esses modos de articulação, enquanto maneiras políticas de intervenção, produzem formas de mediação na Comunidade Calon de Sousa (PB) e geram explicações de como elas se estabeleceram. Portanto, as implicações dessas relações com as autoridades públicas e com o Estado produzem modelos que emergem e que sustentam as visões de mundo operacionalizadas.

De tal modo, para poder entender como experimentam os processos de mediação entre os ciganos calon de Sousa (PB) e o Estado, temos a preocupação de identificar quais as vozes que atravessam os *ranchos*, assim como os órgãos de gestão do Estado, e qual o conteúdo que elas tecem. Achamos importante trazer tanto os ciganos Calon em posição de liderança quanto aqueles que não ocupam essas posições, tais como as esposas das lideranças, mulheres Calon que se posicionam de maneira diferenciada em distintas situações; e os Calon mais jovens, que se envolvem em atividades nas repartições públicas ou nas missões religiosas.

Por exemplo, em 2014, durante a pesquisa de mestrado, percebi que a atuação de uma agência missionária protestante, diferentemente das outras envolvendo os ciganos Calon em Sousa (PB), configurava-se de forma mais constante e incisiva. Embora os Calon estejam em contato com a população circundante, professem a religião católica de modo similar à parte da população brasileira e incorporem elementos bíblicos ao cerne da história do nomadismo (GOLDFARB, 2013), são chamados a repensar seus costumes e suas relações com a atuação da Missão Amigos dos Ciganos. Esta é uma missão de tradição evangélica que faz parte da Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira.

Em suma, focamos a pesquisa na multiplicidade de agentes e de posições no universo Calon, interagindo com agentes governamentais, gestores de cultura, políticos, pesquisadores acadêmicos, assistentes sociais, agentes locais comunitários de saúde e de segurança. Nessa pauta, deparamo-nos com demandas de cidadania, de jogos de interesses e de noções políticas. Fomos levados a compreender quais elementos marcam

essa multiplicidade de interações, que são interpretadas a partir de processos cotidianos e do conhecimento Calon em meio a essa “situação social”²².

Cabe aqui ressaltar como estes Calon incorporam a retórica da cidadania (o que entendem por e o que almejam da cidadania) enquanto grupo étnico (o que entendem por participar dessa classificação), na forma pela qual estão organizados social e territorialmente em Sousa. Assim como manejam e ocupam seu próprio território, os chamados *ranchos*, como forma de mediar ações públicas.

Percebemos que o desafio para os operadores do Direito é o de assegurar a pluralidade do Estado brasileiro na perspectiva étnica e cultural, como preceitua a Constituição Brasileira. Desagrega, assim, do que antes era operado a partir de uma política assistencialista²³, associada ao regime tutelar, historicamente adotada pelo Estado brasileiro e apoiada nos estudos de intelectuais influenciados pelo positivismo, que defendia a necessidade do Estado garantir a proteção dos povos culturalmente diferenciados em seu território, com um discurso atravessado por uma visão integracionista (economicamente) e assimilacionista (culturalmente) (LIMA, 1995). Esse processo gerou uma não autonomização dos grupos sociais, pois as autoridades políticas detinham o monopólio, por exemplo, de acesso à terra, à água e a outros meios de produção, impedindo-os do reconhecimento como cidadãos plenos de direitos. Muitas vezes, essas formas de operacionalização, interpretação e ação ainda são acionadas pelos agentes políticos que representam o Estado.

Ao discorrer sobre a trajetória dos ciganos no Brasil, vemo-nos confrontados com uma tensão conceitual e política envolvendo, por um lado, uma busca da universalidade dos direitos de cidadania e, por outro, o respeito às diferenças étnicas e culturais, que se apresentam, muitas vezes, como “preservação” dos costumes. Há o desafio de problematizar os efeitos das mudanças, quando se processam as

²² Max Gluckman (1987 [1961]) situa a ação política no centro de sua análise da “cultura”, compreendendo-a como conflito e manipulação das regras. Inaugura um método de observação que denominou “análise situacional”, na qual, partindo da observação, descreve os eventos (momentos públicos nos quais as tensões entre grupos de origem étnica diversa se expressam), apresentando-os em uma estrutura de relações sociais particulares, como indivíduos que fazem parte e se comportam publicamente nas relações de interações com os outros, uma vez que a realidade de um sistema é dada pela ação dos indivíduos em situação.

²³ Como por exemplo, as frentes de emergência que atendiam as populações do semiárido de forma episódica e dependente.

incorporações desses ciganos na arena dos direitos envolvendo inclusive a plenitude da condição de cidadania. Tendo em vista que eles estão atravessando por dois processos de demandas ao mesmo tempo: direito a cidadania e reconhecimento étnico.

Indicamos também a necessidade de pesquisas sobre os processos de mediação e de ação política entre as principais representações dos ciganos Calon de Sousa. Estes norteiam-se pela família Mangueira de Figueiredo, que são filhos, netos, genros e noras oriundos da primeira família de ciganos Calon que se instalou em Sousa, liderada pelo falecido Pedro Maia. Os membros oriundos dessa família colocam-se e foram colocados pela comunidade como mediadores e estabelecem diálogos constantes com os órgãos do Governo Federal que se desdobram em relações que atravessam âmbito público e privado com lideranças ciganas e com representantes estatais. Podemos perceber os Calon como uma etnia politizada, enquanto parte de um fenômeno global, uma vez que, em todas as sociedades multiétnicas organizadas nos Estados nacionais, há forças políticas centrífugas paralelas às identidades étnicas. Como escreve Friedman (1998), as tensões e conflitos étnico-sociais fazem parte de um grande projeto intervencionista estatal em muitos dos países ocidentais, independente da riqueza social de uma nação. Essa discussão da politização, ou consciência étnica, tem gerado experiências políticas comuns entre as populações ciganas (WEBER, 1994), pois estão reclamando seus direitos enquanto cidadãos, concomitantemente à luta por seu reconhecimento étnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações ciganas, apesar de não serem historicamente objetos privilegiados da Antropologia, na última década, foram percebidas de tal forma que as pesquisas sobre esses povos aumentaram significativamente no país²⁴ e na Europa. Passam, então, a ocupar um lugar importante no campo da Antropologia, da História e da Política, depois da temática ter ficado praticamente despercebida pela maioria dos pesquisadores durante parte do século XX. Vale salientar que, anteriormente, os ciganos não eram

²⁴ Ver Sant'Ana (1983); Fazito (2000); Moonen (2011); Goldfarb ([2004] 2013); Guimarães (2012); Siqueira (2012); Souza (2013); Ferrari (2010) dentre outros.

inscritos na narrativa da História oficial²⁵, ainda que Mello Morais, em 1904, tenha mencionado a existência dos ciganos degredados de Portugal nos primeiros períodos da presença colonial e China (1936)²⁶ também tenha apontando os ciganos como parte da “fusão” da formação da sociedade nacional brasileira.

Podemos dizer que os ciganos formam uma população que viveu em meio à sociedade envolvente e não cigana ligados às atividades econômicas e às alianças políticas e sociais. Ao mesmo tempo, como aponta Goldfarb (2013[2004]) em sua pesquisa em Sousa (PB), passaram por mudanças significativas e por pressão social, a partir dos processos de marginalização e estigmatização, ressignificaram sua identidade étnica com a relação com os grupos sociais abrangentes. Autores como Fazito (2000), Goldfarb (2013 [2004]), Guimarães (2012) e Souza (2013), em suas pesquisas com grupos ciganos, enfatizam que é na interação com os não ciganos que essa identidade tende a ser acentuada, produzindo essa diferença (Barth, 1998 [1969]).

Então, ao observar os lugares políticos que os Calon de Sousa ocupam na cidade e no Estado, assistimos a alguns processos: a escolha da cidade para se fixar nos últimos 30 anos, as alianças construídas com as autoridades locais, o efeito da permanência no local, as mudanças geradas pela incorporação de mediadores na arena pública, dentre outros. Também pontuamos a intervenção do Estado, nas suas diversas manifestações, manejando formas de controle dessas populações. Afinal, o Estado, ao mesmo tempo em que atua junto aos grupos nos processos políticos de reconhecimento, também opera a partir de políticas repressivas que estigmatizam essas populações²⁷, visto que nunca foram bem-vindas nos locais por onde passaram, sofrendo com ações persecutórias. Como relata Friedman (1998), é nessas condições que a politização da etnia encontra uma forma de organização social em que uma esfera pública fragmentada se divide cada vez mais em hierarquias clientelistas.

A ampliação da participação de novos atores sociais, entre eles os movimentos sociais e as organizações civis de marca étnica, levou, ao longo do processo de democratização, à definição de um novo código político dos direitos que legitima a

²⁵ Somente a partir de 1994 os ciganos passaram a ser citados também em documentos governamentais (MOONEN, 2011).

²⁶ O autor parte de fontes documentais, jornalísticas e ‘subsídios etnográficos’.

²⁷ Refiro-me ao racismo institucional.

existência de um campo de inter-relações da sociedade com o Estado. E, por outro lado, levou ao crescimento da categoria de diferença cultural como instrumento de negociação política. Isso acabou pautando a formulação de uma política de reconhecimento que traduziu-se em políticas públicas em todas as áreas²⁸ de ação governamental²⁹.

A nova sensibilidade do poder público para com as especificidades étnicas e culturais está relacionada à redefinição simbólica da “identidade nacional”³⁰. Desse modo, como este artigo tem apresentado, coloca-se em pauta, no interior do processo de formação étnica, os processos de agenciamento dos discursos públicos sobre as diferenças. Também se pontua a forma pela qual tais agenciamentos afetam as dinâmicas locais, familiares e de representação de si, acarretando reordenamentos de autoridades, reelaboração das memórias, redefinição das formas de gestão do grupo e do território no qual ocupam, adaptação das suas associações representativas e das formas de apresentação de seus porta-vozes ou lideranças. Indicamos, assim, o campo pelo qual nossa pesquisa se desdobra.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. [1969]. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

²⁸ Na área da educação, saúde, crédito e assistência jurídica.

²⁹ Esta transformação ocorreu mediante uma alteração profunda das categorias cognitivas por meio das quais o Estado “pensa” e é pensado.

³⁰ O papel dos intelectuais e da comunidade acadêmica foi essencial no processo político da construção da Nação, que hoje opera para o amplo autorreconhecimento público do Brasil como uma Nação multiétnica e multicultural, discutindo repetidamente as problemáticas em torno das políticas públicas relativas às comunidades tradicionais e políticas de ação afirmativas.

BATISTA, Mércia R. R. E tinha uma índia pura no começo da família: exercício etnográfico em torno de categorias identitárias em algumas comunidades quilombolas na Paraíba. **Raízes**, v.31, n.2, jul-dez / 2011.

_____; CUNHA, Jamilly Rodrigues da; DONATO, Izabelle Brás; DANTAS, Caroline Leal. MEDEIROS, Jéssica Cunha de. O papel de um jornal paraibano na construção da imagem dos ciganos. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2012. O artigo posteriormente foi publicado na **Revista Ariús**, v. 19, 2013.

CHINA, José B. d'Oliveira. **Os ciganos no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

DONNER, Henrike; CHARI, Sharad. Ethnography and Activism: A Critical Introduction. **Cultural Dynamics**, v. 22, n. 2, 2010, pp. 75-84.

FAZITO, Dimitri. **Transnacionalismo e etnicidade**: Romanesthán, nação cigana imaginada. Belo Horizonte, dissertação, Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.) **Antropologia e poder**-contribuições de Eric R. Wolf. Trad. de Pedro Maia Soares. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003.

FERRARI, Florência. **O mundo Passa**: Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. São Paulo, Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FRIEDMAN, Jonathan. Transnationalization, Socio-Political Disorder, and Ethnification as Expressions of Declining Global Hegemony. **International Political Science Review**, v. 19, n. 3, Ethnic Nationalism and the World Systemic Crisis. Jul., pp. 233-250, 1998.

GELL Alfred. Strathernograms, or the semiotics of mixed metaphors. In: **The art of anthropology, essays and diagrams**, Oxford New York: Berg, 2006 [1999], pp. 48-95.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Memória e etnicidade entre os ciganos Calon de Sousa – PB**. Coleção Humanidades, João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo, Global, 1987 [1961].

- GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. **O associativismo transnacional cigano: identidades, Diásporas e territórios.** São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) – USP. 2012.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Série: Estudos sobre o Nordeste; v. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz.** Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MEDEIROS, Jéssica Cunha. **Em busca de uma sombra: a construção de uma territorialização através de processos de mobilidade e reconhecimento étnico entre os Calon de Sousa (PB).** (Dissertação de Mestrado em Antropologia) PPGA/UFPB, 2016.
- MOONEN, Frans. **Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil.** 3ª edição. Recife, 2011.
- MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.
- MORAES FILHO, Mello. **Os Ciganos no Brasil e Cancioneiro dos Ciganos.** São Paulo; Itatiaia, 1886.
- NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- SANT’ANA, Maria de Lourdes. **Os ciganos: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas.** São Paulo: FFLCH/USP, 1983.
- SCHENATO, Vilson Cesar. **Identidades, diferenças e tensões: Um estudo sobre o campesinato em contextos sociais rurais do Sul e do Nordeste brasileiro.** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2014.
- SCHUCH, Patrice. A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do “campo” para o debate). In: SARTI, Cythia; DUARTE, Luiz Fernando Dias. (Org.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação.** Brasília - DF: ABA, 2013.
- SENNA, Ronaldo de Sales. **A seda esgarçada: configuração sócio-cultural dos ciganos de Utinga.** Editora UEFS, 2005.
- SIQUEIRA, Robson de Araújo. **Os calon do município de Sousa-PB: Dinâmicas ciganas e transformações culturais / Robson de Araújo Siqueira.** - Recife: o autor, 2012.
- SILVA, Lailson Ferreira de. **Aqui, todo mundo é da mesma família: parentesco e relações étnicas entre os ciganos na Cidade Alta, Limoeiro do Norte/CE.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SILVA, Telma Camargo da. O fazer antropológico e a responsabilidade social de seus praticantes: algumas considerações iniciais. **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 1, janeiro-junho, Universidade Federal de Goiás, Goiania, pp. 9-12, 2003.

SOUZA, Mirian Alves de. **Ciganos, Roma e Gypsies**: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá. RJ – Niterói. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFF PPGA, 2013.

VIANNA, Adriana. Cartas de rotina, cartas de compromisso: considerações sobre administração e relações pessoais na Primeira República. **Revista Comunicações**. PPGAS/MN, Rio de Janeiro, v. 5, 1995.

VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. A construção do Objeto de pesquisa. In: _____. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. **Economia e sociedade**, Brasília, v. 1, 1994.

WOLF, E. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. (Org.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric Wolf. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília: Editora Unicamp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

Recebido em: 11/05/2018

Aceito para publicação em: 02/08/2018